



Fundado em 1875
Julio Mesquita (1891-1927)
Julio de Mesquita Filho (1927-1969)
Francisco Mesquita (1927-1969)
Luiz Carlos Mesquita (1952-1970)
José Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1988)
Julio de Mesquita Neto (1969-1996)
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita (1959-1997)
Américo de Campos (1875-1884)
Nestor Rangel Pestana (1927-1933)
Plínio Barreto (1927-1958)

Conselho de Administração
Presidente
Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros
Fernão Lara Mesquita
Francisco Mesquita Neto
Júlio César Mesquita
Patrícia Maria Mesquita
Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editor-Chefe Responsável: Roberto Gazzi

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Sílvio Genesini
Diretor de Operações: Rubens Prata Jr.
Diretor Financeiro: Ricardo do Valle Dellape
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

NOTAS & INFORMAÇÕES

O resgate e a reconstrução

A reunião preparatória para a conferência sobre o futuro do Haiti, realizada segunda-feira em Montreal, no Canadá, com a participação de autoridades de uma vintena de países e representantes de organizações multilaterais, deixou claro que a comunidade internacional pelo menos está atenta para evitar um imenso equívoco: concentrar esforços exclusivamente nas demandas imediatas do país devastado, e só quando estiverem minimamente satisfeitas pensar na sua reconstrução. Primeiro, porque até onde vai a vista, o desafio de prover socorro e segurança à população flagelada, numa situação de miséria extrema, caos social e virtual inexistência de Estado, exigirá um tempo que nem sequer pode ser estimado a esta altura. A distribuição de alimentos, por exemplo, ainda é errática. As equipes médicas estão no limite de suas forças. Na Cité Soleil, a maior favela de Porto Príncipe, a fome e a sede convivem com o pavor das gangues de novo em atividade.

Em segundo lugar, porque a destruição do pouco que havia de infraestrutura na capital impõe um limite intransponível à efetividade

da ajuda humanitária. Terceiro, mas não menos importante, sendo as coisas como são, a generosidade estrangeira tem de ser canalizada com rapidez para fazer do Haiti um país antes que o mundo passe a olhar para o outro lado. O problema, a rigor, não é apenas dinheiro, conquanto obviamente essencial. É saber o que fazer, quem fará o que e sob quais regras. A arquitetura institucional requerida terá de ser inventada: o caso haitiano não tem precedentes pela escala da catástrofe, a sua concentração geográfica, o vácuo administrativo e a dizimação das equipes externas de cooperação civil e militar baseadas em Porto Príncipe – voluntários de ONGs, técnicos de agências de fomento, especialistas em gestão pública e as forças da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), sob comando brasileiro.

Uma das perguntas da hora é se faz sentido manter o mandato original da missão criada pelo Conselho de Segurança da ONU em 2004 para combater a violência política e criminal no país e assegurar a realização de eleições

presidenciais livres em 2006. Mesmo antes da catástrofe, a tendência do Brasil era de envolver cada vez mais a Minustah em programas de serviços sociais e de infraestrutura. Dias atrás, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, disse que o governo brasileiro poderia propor que a agenda do órgão passasse a incluir a reconstrução do Haiti. Já o chanceler

Celso Amorim acha que “a mudança de mandato não é a coisa mais urgente nesse momento”. Urgente, de todo modo, é o fim das picuinhas entre o Brasil e os Estados Unidos. No fim da semana passada, “para marcar posição”, o general Floriano Peixoto, comandante-geral da Minustah, montou uma operação de distribuição de cestas básicas em frente ao que resta do palácio

presidencial haitiano, cujos jardins foram transformados pelos americanos em campo de pouso para os seus helicópteros de transporte de víveres.

Nem uns, nem outros se deram ao trabalho de avisar antes o pessoal da ONU em Porto Príncipe, responsável pela coordenação da ajuda. E a zanga do ministro Amorim com o

uso do termo “Plano Marshall” para o soerguimento do Haiti – de birra, ele passou a falar em Plano Lula – é outra puerilidade. Brasília e Washington pelo menos fazem a mesma expressão corporal de respeito aos haitianos. Perguntada quem “dirigirá o ônibus da reconstrução”, a secretária de Estado Hillary Clinton respondeu de bate-pronto: “O governo do Haiti.” E Amorim: “O ônibus precisa ser dirigido por um haitiano.” Não poderia ser de outra forma – afinal, o país existe como ente soberano e tem, nominalmente, um governo. Mas a rota do ônibus será traçada em conjunto pelos chamados “países doadores”, cuja conferência começou a ser preparada em Montreal. Brasil e Estados Unidos têm ambições concorrentes. Um aspira a um novo papel global. O outro, além de tudo, tem um presidente que precisa mostrar ao mundo que faz jus ao Prêmio Nobel da Paz.

Se a reconstrução ficar a cargo de uma agência especial de desenvolvimento, talvez em parceria com o Banco Mundial, há quem sugira que ela seja chefiada, primeiro, pelo enviado da ONU para o Haiti, o ex-presidente Bill Clinton; depois, quando também for um ex, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Professores reprovados

Os resultados da prova de seleção básica mostraram por que a categoria se recusava a ser avaliada. Dos 181 mil docentes que se submeteram ao exame, preparado pela Unesp e aplicado em dezembro de 2009, cerca de 88 mil não alcançaram a nota mínima para lecionar. Ou seja, quase metade dos candidatos foi reprovada, não tendo acertado metade das 80 questões. E como um quinto da nota final vem de uma pontuação recebida pelos anos de serviço na rede, o desempenho médio dos docentes pode ter sido ainda mais constrangedor. Muitos reprovados já trabalham em sala de aula.

A prova de seleção dos temporários foi imposta em 2008 pelo governador José Serra. Até então, as exigências para a contratação eram apenas os diplomas dos candidatos e o tempo de serviço na rede escolar. Na ocasião, a Secretaria da Educação chegou a submeter os temporários a um teste, no qual 3 mil não acertaram nenhuma das 25 questões. Contudo, a categoria obteve na Justiça uma liminar, alegando que não havia base legal para a avaliação. Serra enviou, então, um projeto de lei à Assembleia Legislativa, que o aprovou em regime de urgência, no ano passado.

Contratados apenas para atender à demanda das escolas públicas do Estado, os temporários são professores que não realizaram concurso para ingressar na carreira do magis-

tério público. Dos 230 mil docentes da rede pública de ensino médio, entre 40% e 50% tiveram contratos temporários ao longo de 2009. Muitos lecionam há anos e jamais haviam sido avaliados antes.

Ao obrigar os temporários a se submeterem a uma prova de seleção, o governo estadual queria estimular a categoria a se capacitar. Por isso, a Secretaria da Educação prometeu não recontratar quem não obtivesse média superior a 5 no teste aplicado em dezembro. Isso valia até para os professores com mais de três anos de trabalho na rede escolar, e que

Governo está na situação de não poder dispensar esses professores

são considerados estáveis por uma lei estadual de 2007. Como não podem ser demitidos, a ideia era transferir os docentes reprovados das salas de aula para postos administrativos.

Agora, com os resultados alarmantes da prova, a Secretaria da Educação está numa situação embaraçosa. Sem os professores temporários reprovados, ela não conseguirá oferecer aulas aos mais de 5 milhões de alunos que estudam nas 5,3 mil escolas da rede estadual. O problema é que, ao contratar docentes não qualificados, o governo estará dando um passo atrás em sua tentativa de melhorar a qualidade do ensino público no Estado. Que tipo de atividade didática esperar de quem não conhece a disciplina que ensina?

“Professores desprepara-

dos podem já ter causado prejuízo ao aprendizado dos alunos nos anos anteriores”, diz o professor Paulo Braga Barone, do Conselho Nacional de Educação. “Minha primeira obrigação é garantir aulas aos alunos”, rebate o secretário Paulo Renato Souza, admitindo a contratação de docentes não qualificados. A maior dificuldade está nas disciplinas de matemática e física, pois há muito tempo se registra um grande déficit de professores com licenciatura na área de ciências exatas. Para tentar minimizar o problema, o secretário está prometendo criar cursos a distância para capacitações em matérias específicas.

O problema, como reconhecem os especialistas, é que essas providências são emergenciais e seus resultados costumam ser duvidosos. O mais adequado seria criar cursos de formação continuada, oferecer bolsas de estímulo à capacitação docente e criar referenciais de qualidade para quem leciona na rede pública sem concurso. Essas medidas já fazem parte da política da Secretaria da Educação, mas sua implantação, além de ser lenta, esbarra em conflitos corporativos entre o governo e as lideranças sindicais do professorado. As autoridades educacionais reclamam do excesso de politização nas demandas dos docentes. E estes, por seu lado, reclamam da má qualidade do material didático.

Quem perde são os alunos, cuja formação está entregue a quem não tem condição de ensinar.

Os riscos que traz a nova Braskem

Quase duas décadas depois de deixar a petroquímica, a Petrobrás retorna ao setor com grande poder, em razão da compra da Quattor pela Braskem, negócio que resultará na formação da oitava maior petroquímica do mundo e que, no Brasil, deterá o monopólio da produção de resinas termoplásticas. Formalmente, a nova Braskem é uma empresa privada – pelo acordo de acionistas concluído na semana passada, o Grupo Odebrecht deterá 50,1% do capital votante –, mas nela a Petrobrás terá enorme poder.

Em anúncio nos principais jornais, a Braskem informa que, com o controle da Quattor, terá capacidade de processar 5,5 milhões de toneladas de resinas por ano em 26 unidades industriais e faturamento anual de R\$ 26 bilhões, mantendo-se como “uma empresa privada brasileira, de capital aberto, com vocação para o crescimento e capacidade de investir”. Esclarece que é “uma empresa comprometida com os melhores princípios de governança corporativa reconhecidos mundialmente, uma empresa comprometida com a transparência, com a autonomia de gestão executiva e com a busca de resultados consistentes e sustentados para os acionistas”.

Para o público interessado – clientes, investidores, analistas do mercado, entre outros profissionais – este tem sido, na prática, o comportamento do Grupo Odebrecht e de sua controlada Braskem. A entrada da Petrobrás na gestão da empresa, no entanto, pode alterar de maneira significativa es-

se histórico empresarial.

“Vamos compartilhar as decisões”, garantiu ao Estado o presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli. “Deixamos de ser um minoritário para ter um papel mais importante na gestão (da Braskem).”

A presença da Petrobrás na nova empresa será muito maior do que a que tinha na antiga Quattor e na Braskem. Em números, a fatia dos dois sócios principais no capital total da Braskem dependerá da participação dos minoritários no aumento de capital, de cerca de R\$ 5 bilhões. Se nenhum minoritário aderir, a fatia da

Uma reestatização disfarçada do setor petroquímico pode resultar da fusão

Odebrecht se manterá em 38,3% do total, e a da Petrobrás, que teve forte papel financeiro na aquisição da Quattor, subirá de 25,3% para 36%. Se todos os minoritários aderirem, a fatia da Odebrecht diminuirá para 34,5% e a da Petrobrás subirá para 32%.

Em qualquer dos casos-limite, a participação da Petrobrás será muito parecida com a da Odebrecht, o que lhe assegurará forte presença no Conselho de Administração e na diretoria executiva da Braskem, assegurando-lhe, como disse Gabrielli, o direito de “compartilhar as decisões”. É nesse “compartilhamento” que está o risco de a nova empresa ser submetida a métodos de gestão diferentes dos que seu sócio privado vinha praticando.

É claro o interesse do gover-

no Lula de participar da gestão da nova empresa. Desde seu início, ele vem apregoando a necessidade de ampliação do Estado em setores que considere estratégicos e que, nos últimos anos, tiveram sua gestão transferida para o setor privado. O fortalecimento da presença da Petrobrás na petroquímica é o passo mais recente da política de reestatização, parcial ou integral, implícita ou explícita, desses setores, entre os quais estão o de telecomunicações, de mineração, o elétrico e o de petróleo.

Em alguns casos, o governo tentou interferir na gestão de empresas privatizadas, como a Vale. Em outros, como o de telefonia, forçou fusões ou incorporações. Agora, na petroquímica, aumenta sua presença, por meio da Petrobrás. Em quase todos, oferece apoio financeiro público, por meio de participação acionária de fundos de pensão de empresas estatais ou farto financiamento pelo BNDES.

Para o País, a nova configuração da indústria petroquímica brasileira traz o risco da volta de práticas danosas para os contribuintes e que retardaram o crescimento da economia. Para as empresas que utilizam resinas em seus processos industriais, traz a ameaça de aumento de preços. A Braskem alega que seus produtos são de fácil importação, razão pela qual o preço interno será determinado pelo preço externo. Mas, entre seus clientes, muitos são de pequeno e de médio portes que não têm condições de se abastecer no exterior. Além disso, o produto importado é sujeito a uma pesada tarifação, que o encarece.

ATENÇÃO: As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-las para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.



estadao.com.br

Leia mais cartas
http://www.estadao.com.br/opiniao/opi_forumleitores.0.htm

Valores democráticos

Claro, sincero e estimulante o artigo *Para quem não conhece o 'Estado'* (24/ 1, A2), do professor Renato Janine Ribeiro! A alta credibilidade conferida ao articulista por uma vida comprometida com o valor da verdade reforça suas palavras em defesa do jornal, que não teme o amordaçamento que lhe querem impor os defensores da moralça. Por sua vez, nosso laborioso jornal, reconhecido historicamente pela constante luta de peito aberto em defesa dos valores democráticos, abriga em suas páginas os textos de Dora Kramer, vigilante sentinela da fortaleza da verdade e crítica lúcida dos desmandos do Executivo nos dias atuais. Ambos são ótimos formadores de opinião, mas divergem em vários pontos de vista, e am-

bos são abrigados pelo Estado no mesmo dia, como um exemplo a mais da vantagem do sistema democrático sobre qualquer sistema totalitário. Que seja mantida essa benéfica influência positiva no espírito de cidadania de seus leitores e internautas. Como foi mencionado, citando Stendhal, a liberdade é contagiosa... Felizmente.

CARLOS CELSO DO AMARAL E SILVA, professor titular (aposentado) da Faculdade de Saúde Pública da USP carcelso@usp.br São Paulo

● Parabéns ao professor Janine. Tem razão quando afirma que, apesar de alguns momentos de inflexão, o **Estadão** sempre foi coerente nas posições que defende. Não resta dúvida de que há um grande hiato entre o Brasil da



Chávez já põe em prática o que Vannuchi anda teorizando”

A. Fernandes
standbyball@hotmail.com
São Paulo

Constituição de 1988 e das leis que a ela se seguiram e o teor da maioria das cartas publicadas no *Fórum dos Leitores*. Como Janine, também condeno a censura imposta ao **Estadão** e sou favorável à Comissão da Verdade, proposta no PNDH-3, para que todos saibamos o que aconteceu nesse período nefasto da História brasileira.

JOÃO CARDOSO PALMA FILHO
jcpalmaf Filho@uol.com.br
São Paulo

O Muro já caiu...

No artigo *Para quem não conhece o 'Estado'* ficam demonstrados a arrogância e o atraso da esquerda “intelectualizada” brasileira. O polêmico mestre não analisou profundamente os leitores do **Estado**. Sem dúvida, um péssimo texto.

JOSÉ FRANCISCO PERES FRANÇA
josefranciscof@uol.com.br
Espírito Santo do Pinhal

● Parece que o professor Janine e eu não lemos o mesmo **Estadão**. Ele diz que as cartas dos leitores são por vezes saudosistas do regime militar, entre outras de manifestação dita conservadora... Ora, o que leio no *Fórum dos Leitores* são manifestações de cidadãos não alienados que, vacinados pelas mentiras da esquerda, não caem mais nesse golpe e clamam

por uma Nação altiva, cuja soberania não seja aviltada externamente por leis e tratados internacionais cujo efeito de adesão é nos trazer insegurança jurídica e social e que, manietando autoridades sérias, até do Judiciário, impede que nos tornemos de fato uma sociedade pacífica, produtiva, baseada no mérito do trabalho, sem as benesses do governo (pública e militantemente marxista!) dadas a apaniguados, o que garante, via “bolsa-voto”, a sobrevivência desse governo, que não tem pudor de usar a democracia para implantar de mansinho seu projeto de poder perpétuo, travestido de “projeto social”. Palmas para os missivistas (menos eu) do *Fórum*!

PAULO BOCCATO
poboccato@yahoo.com.br
São Carlos

● Costumo enviar comentários ao *Fórum dos Leitores*, inclusive sobre o famigerado PNDH-3. Por isso me senti destinatário de repri-menda contida no referido artigo. O que não aceito. Recomendando ao professor que mantenha seu patrulhamento ideológico limitado aos muros da USP; defenda sua Comissão da Verdade, mas aceite a opinião dos 20% da sociedade que leram, com um pouco de azia, é lógico, toda aquela excrescência e souberam reconhecer nas entrelinhas novos conceitos de direitos humanos. Quero dizer ainda que não sou beneficiário do Bolsa-Família nem faço parte da quadrilha dominante. Sou pós-graduado e não sou marxista de carteirinha.

HUMBERTO DE LUNA FREIRE FILHO
hlfilho@gmail.com
São Paulo